

Só 20 Estados receberam os recursos de fundos do Ministério da Justiça

Em 2019, os convênios da área repassaram apenas R\$ 58,6 milhões aos estados e municípios; desse total, 47% foram destinados à região Sul e apenas 5% ao Centro-Oeste

David Marques, João Yamaguchi e Isabela Sobral
20 de agosto de 2019

LUCIANO LANES/ARQUIVO PMPA



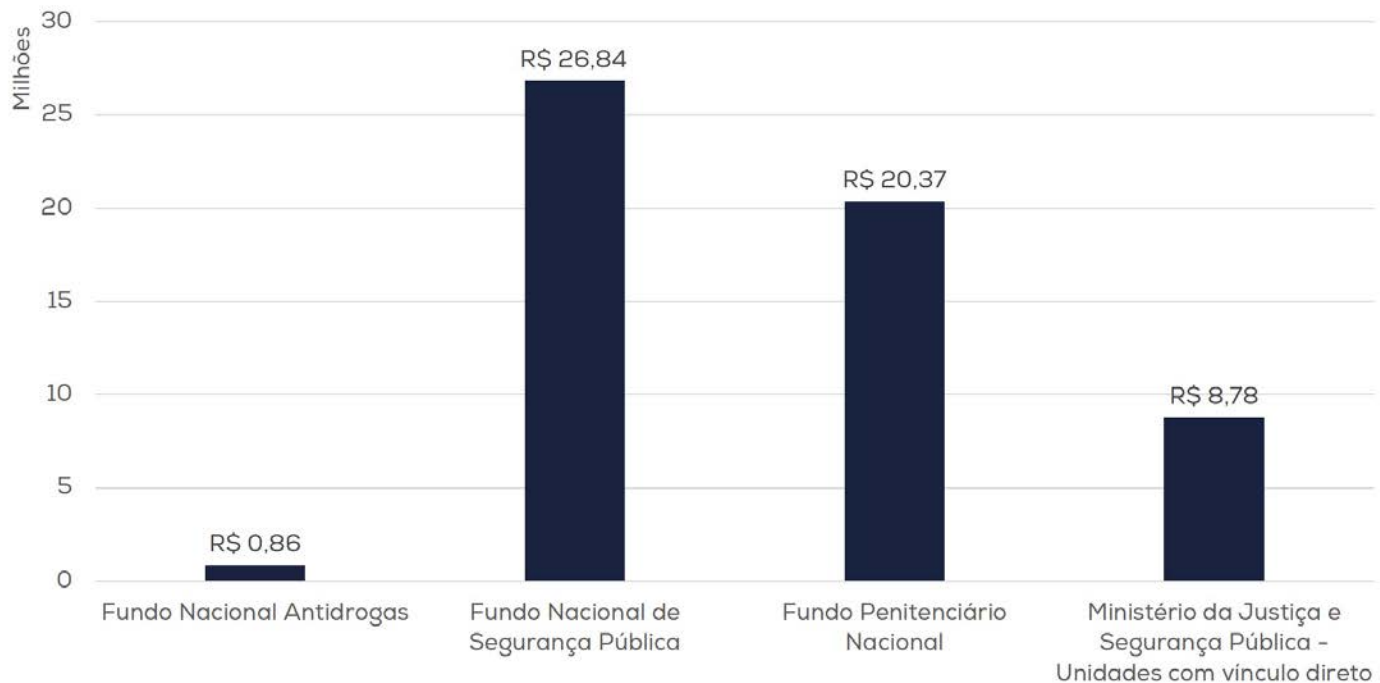
Vista área de Porto Alegre: o Rio Grande do Sul recebeu R\$ 17 milhões em quatro convênios, o que representa 31% do total de recursos repassados no período pelo Ministério da Justiça

O governo federal deve ter papel central na coordenação e articulação das políticas de segurança pública no Brasil. Por ser o ente federativo que mais arrecada, tem um grande potencial de indução da política da área por meio da transferência de recursos para o desenvolvimento de programas e projetos em temas prioritários. Na Segurança Pública, os convênios são um importante mecanismo de repasse de recursos da União para estados e municípios. É a partir da criação de convênios que o governo federal pode induzir políticas públicas de segurança nos demais entes federativos, condicionando o repasse de recursos a sua adesão a determinadas políticas (FBSP, 2019¹).

Até o início de agosto de 2019, os convênios financiados pelos fundos da área, entre eles o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), incluindo também convênios feitos diretamente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), repassaram apenas R\$ 56,8 milhões a Estados e Municípios. Deste total, R\$ 2,2 milhões foram para municípios, 4% do montante de recursos liberados, e o restante foi direcionado aos estados, sendo 46 convênios atendidos ao longo do ano.

O FNSP foi o que mais transferiu recursos, com R\$ 26,8 milhões, seguido pelo FUNPEN, R\$ 20,3 milhões, os convênios diretos do MJSP, R\$ 8,7 milhões, e os convênios do FUNAD, R\$ 857.743,05.

Valor repassados pelos Fundos do MJSP aos estados e municípios em 2019, em milhões R\$



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pelo Portal da Transparência

Apesar da escassez de recursos no governo federal, parece que não houve qualquer tipo de priorização para a liberação de recursos para Unidades da Federação em pior situação nos índices de violência e segurança pública. Quando comparamos as taxas de mortes violentas intencionais com os investimentos realizados pelos convênios do governo federal nos estados e municípios, é possível notar que dentre as UF que sustentam 15 das taxas mais altas, sete delas não receberam nenhum repasse dos fundos do MJSP no ano. Entre os estados, estão Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo e Mato Grosso. Por outro lado, houve repasse para todos as 11 UF com as menores taxa de MVI em 2018.

Quando olhamos para os investimentos com recorte regional, 47% de todo recurso liberado em 2019 se destinou ao Sul, 24% à região Norte, 13% ao Nordeste, 10% ao Sudeste e 5% ao Centro-Oeste.

Taxa de Mortes Violentas Intencionais em 2018 e montante de recursos repassados em convênios do MJSP aos estados e municípios em 2019



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pelo Portal da Transparência e pelo Monitor da Violência

Ao classificar os objetos dos convênios com liberação de recursos em 2019, identificamos que a área mais atendida é Videomonitoramento, com 30,6% do total de recursos liberados. Em grande medida, este destaque se deve a um único convênio com o Rio Grande do Sul. Este estado também foi o que mais recebeu recursos do MJSP em 2019, totalizando mais de R\$ 17 milhões em quatro convênios - valor equivalente a mais de 31% do total de recursos repassados no período. O principal convênio contemplado por estes recursos se refere à implantação de Sistema de Cercamento e Monitoramento Eletrônico no Estado, com a utilização de câmeras de leitura OCR.

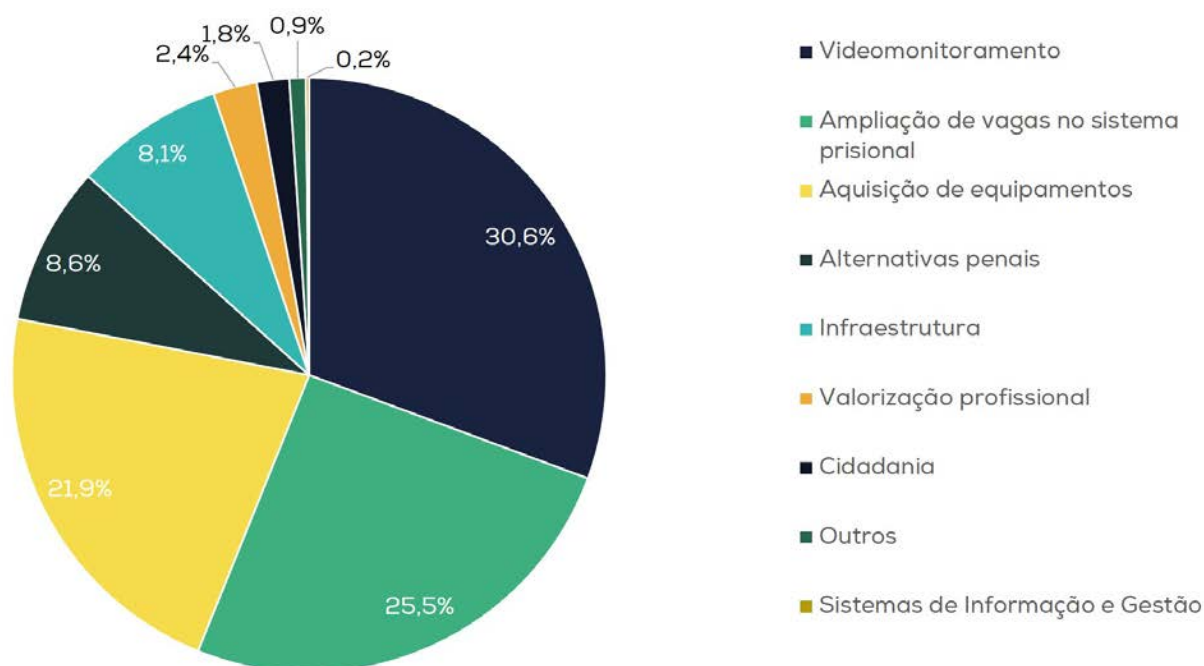
Em segundo lugar, estiveram os recursos para a ampliação de vagas no sistema prisional, com 25,5% dos recursos liberados. Destes, R\$ 7,1 milhões repassados pelo FUNPEN financiarão a ampliação de módulos de vivência para presos provisórios em dois municípios do Paraná. Aproximadamente R\$ 4,7 milhões serão destinados à construção de 776 vagas em cadeias públicas em dois municípios de Minas Gerais. Pouco mais de R\$ 1 milhão vai servir à ampliação de 822 vagas em três Centros de Triagem na região metropolitana de Belém, no Pará.

A aquisição de equipamentos, especialmente viaturas e armamento, ocupou a terceira posição dentre os recursos liberados, com 21,9% do total. O Amapá recebeu R\$ 5,4 milhões para aparelhar unidades operacionais e administrativas na Polícia Militar, Polícia Civil e Técnico Científica na região metropolitana de Macapá. Já o Tocantins recebeu R\$ 4,9 milhões para o aparelhamento da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

Ainda associado ao sistema prisional, 8,6% dos recursos liberados pelo MJSP foram destinados a convênios sobre alternativas penais. Nesta categoria, destaca-se a liberação de R\$ 4,8 milhões para a estruturação da Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais do Ceará.

Convênios voltados para a infraestrutura de instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal receberam 8,1% dos recursos. Já os recursos liberados em convênios sobre valorização dos profissionais de segurança pública equivalem a 2,4% do total. Por fim, somados, recursos liberados para convênios de Cidadania, Sistemas de Informação e Gestão, entre outros assuntos, totalizaram aproximadamente 3% do volume de recursos liberados em 2019.

Proporção de recursos liberados aos estados e municípios em convênios do MJSP em 2019, segundo categorias



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pelo Portal da Transparência

Como se nota, a quantidade de recursos liberados para estados e municípios é diminuta frente às necessidades exigidas da área da Segurança Pública. A ausência de recursos limita a capacidade de indução de política pública de segurança por parte do governo federal, tornando-o pouco responsável pelos rumos e resultados da política na área. Tais números não ajudam a explicar a redução dos homicídios e de outros indicadores criminais, verificada desde o final de 2018 no país. A julgar pelos anos anteriores e pelo cenário atual, não há motivos para supor que haverá mudanças substantivas na quantidade de recursos para a área até o final de 2019, tornando a vida dos estados e municípios muito mais difícil na área de segurança pública.

[1]: Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Estudo-sobre-Financiamento-v6.pdf>





É coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e doutorando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos



João Yamaguchi

É consultor do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e mestrando em administração pública e governo na FGV-EAESP



Isabel Sobral

É pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Lorem Ipsum Dolor sit Amet

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor

<https://backup.forumseguranca.org.br/economia-e-seguranca/-bfni6>

